SABEMI Previdência

CNPJ nº 88.747.928/0001-85
Carta SUSEP nº 020
Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2018.

Cenário econômico

O ano de 2018 apresentou melhorias no ambiente econômico, sem, contudo, apresentar um ambiente político livre das incertezas aos quais estamos vivendo nos últimos anos. De qualquer sorte, o mercado de previdência privada tem apresentado oportunidades de crescimento contínuas. A previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade

A Entidade apresentou no exercício de 2018 um déficit de R$ 2.532 mil, resultado impactado pela manutenção da estrutura administrativa e a reavaliação do montante das provisões técnicas. A Entidade reinveste seu superávit e não distribui resultados aos participantes.

Organização estatutária

Não houve, no exercício 2018, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária.

O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos

A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras

A Entidade continuará a envidar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019.

A Diretoria

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares reais

Ativo	2018	2017
Circulante	21.305	22.005
Disponível	115	151
Caixa e equivalentes de caixa	115	151
Aplicações (Nota 5)	17.280	18.176
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 5 (f))	2.070	1.613
Valores a receber	2.048	1.589
Operações com repasses	22	24
Títulos e créditos a receber (Nota 5 (e))	1.817	2.042
Títulos e créditos a receber	958	1.412
Outros créditos	859	630
Outros valores e bens (Nota 7)	23	23
Bens à venda	23	23
Não circulante	21.461	23.076
Realizável a longo prazo	21.461	23.075
Aplicações (Nota 5)	7	6
Títulos e créditos a receber	21.454	23.069
Títulos e créditos a receber (Nota 5 (e))	16.646	18.216
Depósitos judiciais (Nota 6)	4.808	4.853
Imobilizado	-	1
Bens móveis	-	1
Total do ativo	42.766	45.081

Passivo e patrimônio social	2018	2017
Circulante	16.602	16.131
Contas a pagar	3.575	4.380
Obrigações a pagar (Nota 9)	3.541	4.352
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 10)	31	28
Impostos e contribuições (Nota 11)	3	-
Débitos de operações com previdência complementar (Nota 12)	41	48
Outros débitos operacionais	41	48
Depósitos de terceiros (Nota 13)	1.684	2.275
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 14)	11.302	9.428
Planos bloqueados	5.726	3.580
Planos não bloqueados	5.576	5.848
Não circulante	6.280	6.534
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 14)	4.967	5.196
Planos bloqueados	4.611	4.145
Planos não bloqueados	356	1.051
Outros débitos	1.313	1.338
Provisões judiciais (Nota 16)	1.313	1.338
Patrimônio social (Nota 17)	19.884	22.416
Reserva patrimonial	3.204	3.204
Reservas de retenção de superávit	16.680	19.212
Total do passivo e do patrimônio social	42.766	45.081

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2018	2017
Variações de outras provisões técnicas	(146)	(252)
Benefícios retidos	(1.999)	(831)
Contribuições para cobertura de riscos (Nota 19)	8.488	6.817
Variação das provisões técnicas de prêmios	(433)	(218)
Prêmio ganho	8.055	6.599
Sinistros ocorridos	(1.862)	(455)
Custo de aquisição (Nota 18)	(92)	(86)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 18)	(640)	(1.064)
Despesas administrativas (Nota 18)	(6.078)	(3.648)
Despesas com tributos (Nota 18)	(178)	(193)
Resultado financeiro (Nota 18)	408	3.477
Resultado operacional	(2.532)	3.547
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 18)	-	9
Superávit (déficit) do exercício	(2.532)	3.556

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2018	2017
Superávit (déficit) do exercício	(2.532)	3.556
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.532)	3.556

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares reais

	2018	2017
Atividades operacionais		
Déficit/superávit do exercício	(2.532)	3.556
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	896	7.254
Créditos das operações com previdência complementar	(457)	(217)
Depósitos judiciais e fiscais	45	(337)
Outros ativos	1.795	(9.306)
Impostos e contribuições	6	12
Outras contas a pagar	(811)	3.102
Débito das operações com previdência complementar	(7)	(39)
Depósito de terceiros	(591)	(3.289)
Provisões técnicas - previdência complementar	1.645	(56)
Provisões judiciais	(25)	(570)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(36)	110
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(36)	110
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151	41
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	115	151
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(36)	110

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social - Em milhares reais

		Reservas de superávit			
	Reserva patrimonial	Retenção de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2017	3.204	14.100	1.556		18.860
Superávit do exercício				3.556	3.556
Destinação do superávit		3.515	41	(3.556)	
Em 31 de dezembro de 2017	3.204	17.615	1.597		22.416
Déficit do exercício				(2.532)	(2.532)
Reversão de reserva de contingências			(60)	60	
Reversão de reserva de superávit		(2.472)		2.472	
Em 31 de dezembro de 2018	3.204	15.143	1.537	-	19.884

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 - Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4° andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 18 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.4 Ativos financeiros

Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os valores registrados nas contas de créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (imóveis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

2.5 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusos, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, circulantes ou não circulantes, são revistos anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contratos de previdência (seguros)

A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.

2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência

Provisões relacionadas à atividade de previdência

As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/2015 e Circular SUSEP nº 517/15.

Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, pensão e pecúlio.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15. As principais premissas de cálculo são:

Tábua de Mortalidade BR-EMS 2015, segregada por sexo;
Indexador monetário do Plano; e
Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP);

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;
Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;
Probabilidade de perda judicial (para despesas vinculados a processos judiciais);
Atualização monetária vinculada.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:

Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos);
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e
Atualização monetária vinculada.

Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes em 31 de dezembro de 2018. As principais premissas de cálculo são:

Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;
Data de início e término de vigência do risco; e
Data de emissão do risco.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobertura aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Entidade.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída para garantir o pagamento de sinistros avisados e não pagos. Seu cálculo possui distinções quando do status do evento, entre administrativo e judicial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;
Juros de Mora;
Atualização Monetária; e
Probabilidade de perda judicial (para Benefícios vinculados a processos judiciais).

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída para garantir o pagamento de sinistros sob o formato de renda (aposentadorias e pensões). Seu método específico de cálculo é vinculado às características técnicas do Benefício, devidamente descritas em Nota Técnica Atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Sinistro;
Juros Remuneratórios do Plano;
Atualização Monetária;
Tábua de Mortalidade do Plano (quando aplicável); e
Prazo de pagamento programado do Sinistro (quando aplicável).

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída com base nos valores de Devolução de Contribuições ou Resgates previstos nos Planos que por qualquer razão ainda não tenham sido regularizados. As principais premissas de cálculo são:

Valores calculados de Resgates (quando aplicável);
Valores de devolução de contribuições (quando aplicável);
Outros valores a regularizar; e
Atualização monetária.

Teste de adequação dos passivos - TAP

Conforme requerido pela regulamentação vigente, a cada data de balanço a Entidade elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguros permitidos segundo o CPC11, que também estabelece que os contratos de previdência sejam considerados contratos de seguros, contexto operacional da Entidade.

O teste de adequação dos passivos, segundo as determinações legais, considerou todos os fluxos de caixa futuros dos direitos e das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes em 31 de dezembro de 2018 e os valores já provisionados referentes a esses contratos, além de premissas atuariais correntes até o final de vigência destes direitos e obrigações, sem considerar novos contratos e certificados.

Para esse teste, a Entidade elaborou metodologia que considera a sua melhor estimativa para cada um dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, sempre utilizando premissas correntes e realistas para o teste. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. A metodologia elaborada pela Entidade leva em consideração elementos que impactam diretamente no fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como níveis de permanência dos participantes no plano, taxas de mortalidade da Tábua BR-EMS-2015 M&F publicada pela SUSEP, além da já mencionada taxa de juros livre de risco.

O TAP seguiu o que determina a Circular SUSEP nº517/2015, conforme demonstrado na Nota 14.

2.9 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata" dia).

2.10 Impostos e contribuições

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), o qual é calculado com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, sendo sua provisão constituída à alíquota de 0,65%. No exercício de 2011 a Entidade obteve o direito ao não recolhimento da COFINS, suspendendo o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011.

2.11 Provisões para ações judiciais, passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa quando relevantes e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

2.12 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

2.13 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência

As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que incorreram, ou seja, segundo o regime de competência.

2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia encontram-se a IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16.

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

Tendo em vista que tais alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros.
IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 15 - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida.
IFRS 16 – Substitui as orientações existentes no CPC 06 (R1) e introduz novas formas de contabilizar as operações de arrendamento mercantil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b)Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de seguro, riscos financeiros e risco de solvência. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos , ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial.
Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas.
Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.
Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos:
Definições do produto: análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;
Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes;
Expectativa de vendas: revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;
Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto;
Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro.
Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados.
Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos.

A tabela abaixo apresenta o impacto no sinistro ocorrido, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo.

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2018**	**2017**
Pecúlio	(182)	(83)
Pensão	(5)	-
Total	(187)	(83)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a.

	Impacto no resultado e no patrimônio social	
Planos	**2018**	**2017**
Aposentadoria	(60)	(84)
Pensão	(823)	(830)
Total	(883)	(914)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

	Contribuição bruta	
UF	**2018**	**2017**
AC	82	65
AL	97	90
AM	340	236
AP	147	152
BA	290	248
CE	308	267
DF	331	269
ES	77	63
GO	126	95
MA	151	141
MG	278	218
MS	266	180
MT	116	79
PA	539	476
PB	219	183
PE	433	354
PI	83	74
PR	214	144
RJ	2.259	1.809
RN	238	207
RO	133	115
RR	178	179
RS	873	644
SC	209	162
SE	89	85
SP	402	282
TO	10	0
	8.488	6.817

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:
Metodologia do Stress Test do Sistema Maps: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc.. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95% de Intervalo de Confiança.
Para o cálculo do *Value At Risk* (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, a equipe de Risco dedicada do Itaú Asset estabelece cenários internos próprios para determinados fatores de risco. Percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,70% com base em valor máximo aceito de 4,3% PL diário de Stress. Isto é explicado pela atual composição da carteira, composta por aplicações em Fundos. Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Previdência Privada na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Maps como o mais adequado.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.
A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.
A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.
Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 321/15 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2018:

	2018	2017
Patrimônio social (I)	**19.884**	**22.416**
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	7.639	6.291
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	310	283
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos (II)	**7.949**	**6.574**
Patrimônio líquido ajustado (PLA) (I + II)	**27.833**	**28.990**
Capital base (I)	0	0
Capital adicional de risco de subscrição	2.886	2.330
Capital adicional de risco de crédito	3.345	4.505
Capital adicional de risco operacional	24	19
Capital adicional de risco de mercado	10.750	9.485
Benefício da diversificação	(3.631)	(3.726)
Total de capital de risco (II)	13.374	12.613
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre I e II)	13.374	12.613
Suficiência de capital (PLA-CMR)	14.459	16.377
	2018	**2017**
Suficiência de ativos líquidos (I) (Nota 14(b))	2.052	2.387
Capital de risco (CR)	13.374	12.613
Capital de risco desconsiderando operações não registradas (CR)	5.735	6.322
Liquidez mínima requerida em relação aos 20% do CR (II)	1.147	1.264
Suficiência de ativos líquidos (I – II)	**905**	**1.123**

5 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2018		2017	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Quotas de fundos de investimento (i)				
FI Fator Extra Multimercado	7	7	6	6
ITAU SOBERANO	-	-	2	2
ITAU RESTEC TP RF	16.339	16.339	15.133	15.133
Total das quotas de fundos	16.346	16.346	15.141	15.141
Total de aplicações	16.346	16.346	15.141	15.141
Curto prazo	16.339	16.339	15.135	15.135
Longo prazo (*)	7	7	6	6
Total de aplicações	16.346	16.346	15.141	15.141

(i) Quotas de Fundos de Investimento

Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras.
(*) Em 31 de dezembro de 2018, inclui aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial, no montante de R$ 7 (2017 - R$ 6).

(b) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2018	2017
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	16.346	15.141
	16.346	15.141

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.
A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(c) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.
A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:
• (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
• (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
• (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.
A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado Brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.
A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:
Mensuração ao valor justo em 31 de dezembro.

	2018		2017	
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos Mensurados ao Valor Justo				
Títulos para Negociação				
Cotas de Fundos de Renda Fixa		16.346		15.141
Cotas de FIDC		941		3.041
		17.287		18.182

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2018		2017	
	Custo atualizado	**Valor de mercado**	**Custo atualizado**	**Valor de mercado**
Polo CC FIDC I (*)	-	-	2.256	2.256
FIDC Angá Sabemi Consignados VII (**)	941	941	785	785
Total de títulos disponíveis para venda	941	941	3.041	3.041

(*) Em 31 de dezembro de 2018, não existe saldo relativos às (2017 – 18.880) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios- Polo CC FIDC I.
(**) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo refere-se a 686 (2017 – 686) cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios- FIDC Angá Sabemi Consignados VII.

(e) Títulos e créditos a receber

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2018	2017
Circulante		
Créditos a receber por venda de imóveis (i)	271	352
Outros créditos (ii)	687	1.060
	958	1.412
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	858	626
Adiantamentos administrativos	1	4
	859	630
Total do circulante	1.817	2.042
Não circulante		
Créditos a receber por venda de imóveis (i)	49	68
Outros créditos (iii)	16.597	18.148
Total do não circulante	16.646	18.216
Total	18.463	20.258

(i) Refere-se a saldos a receber de direitos creditórios pela venda de imóveis.
(ii) Refere-se principalmente, a saldos a receber decorrentes de acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente e como estipulante em administração de apólices.
(iii) Refere-se ao saldo do contrato de compra-venda de cotas subordinadas com a Sabemi Participações, celebrado no exercício de 2017.

(f) Créditos das operações com previdência complementar

Os saldos patrimoniais podem ser demonstrados por:

	2018	2017
Circulante		
Créditos a receber consignação órgãos averbadores (i)	2.070	1.613

(i) Refere-se a valores a receber de órgãos consignatários oriundos de contribuições de previdência de participantes.

6 Depósitos judiciais

Estão registrados os valores decorrentes de depósitos judiciais, também atualizados até a data do balanço.

	2018	2017
Depósitos judiciais - benefícios	2.446	1.576
Depósitos judiciais - cíveis e outros	2.362	3.277
	4.808	4.853

7 Outros valores e bens

São registrados nessa rubrica os imóveis destinados à venda do loteamento Parque Emboaba, do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando em 31 de dezembro de 2018, 25 lotes (2017 - 25).
Movimentação:

	Quantidade	
	Saldo	**lotes**
Saldo em 1º de janeiro de 2017	12	25
Aquisição decorrente de recompra	15	2
Baixa decorrente de venda	(4)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	23	25
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23	25

8 Investimentos

São registrados nesta rubrica propriedades para investimento no Estado de Santa Catarina, sendo: Village Sulmar - 132 lotes, Village Sulmar Zona Norte - 290 lotes, Village Sulmar Zona Nova - 200 lotes e Loteamento Nova Califórnia - 236 lotes.

	2018 e 2017
	Custo atualizado
Loteamento V.Sulmar	274
Loteamento V.Sulmar Zona Norte	232
Loteamento V.Sulmar Zona Nova	160
	666
Perdas por redução no valor recuperável (*impairment*)	(666)

No final do exercício de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 01, a Entidade efetuou análise de recuperação dos seus investimentos através de estudo técnico elaborado internamente, avaliação que resultou em uma provisão de R$ 666 referente aos loteamentos Village Sulmar. Não houve modificações significativas na avaliação atualizada para 31 de dezembro de 2017, tendo sido mantido os valores provisionados para 31 de dezembro de 2018.

9 Obrigações a pagar

São registrados nestas contas os valores decorrentes de fornecedores, honorários e gratificações, acordos processuais e outras obrigações a pagar, provenientes das operações com correspondentes.

	2018	2017
Circulante		
Fornecedores	66	154
Banco Bradesco (i)	449	323
Ambras	155	165
Sabemi Seguradora (i) (Nota 15)	1.766	2.727
Pecúlio União Previdência (ii) (Nota 15)	144	17
Sabemi Tec. Ltda	233	-
PU Administradora de Serviços	499	505
Outras obrigações a pagar	229	461
Total do circulante	3.541	4.352
Total de obrigações a pagar	3.541	4.352

(i) Refere-se a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente.
(ii) Em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/N° 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Adicionalmente, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada.

10 Impostos e encargos sociais a recolher

São registrados nestas rubricas os valores decorrentes de impostos de renda na fonte de terceiros, contribuições previdenciárias (INSS), contribuições para o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e contribuições sociais retidas de terceiros.

11 Impostos e contribuições

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes. As entidades abertas de previdência privada complementar são isentas de Imposto de Renda e a partir da Instrução Normativa SRF nº 588/05, também estão isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Art. nº17 da INSRF nº 588/05).

	2018	2017
Programa de integração social - PIS	3	-
	3	-

A Sabemi Previdência Privada obteve o direito ao não recolhimento da COFINS após o trânsito em julgado da ação judicial n° 2007.71.00.033163-5 junto ao TRF 4° Região. Sendo assim, a Entidade suspendeu o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011, de acordo com a orientação dos assessores jurídicos internos e externos (Nota 16).

12 Débitos de operações com previdência complementar

Referem-se ao saldo de arrecadação de planos previdenciários de convênios com órgãos públicos, em fase de identificação e processamentos.

13 Depósitos de terceiros

Referem-se a depósitos bancários, recebidos de contribuintes/participantes, com sua regularização ainda não identificada. Abaixo demonstramos o período de permanência dos valores na conta.

	2018	2017
Identificação		
Vencidos até 30 dias	42	28
Vencidos de 31 a 60 dias	40	16
Vencidos de 61 a 120 dias	81	73
Vencidos de 121 a 180 dias	58	63
Vencidos de 181 a 365 dias	165	132
Vencidos acima de 365 dias (i)	1.298	1.963
	1.684	2.275

(i) A Administração está implementando uma política de regularização de valores a classificar, promovendo sua identificação, recuperação e reclassificação.

14 Provisões técnicas

(a) Previdência complementar

• As provisões técnicas de operações de previdência complementar são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais e conforme cálculos fornecidos pelo atuário habilitado, segundo as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.
• A Circular SUSEP no 517/15 dispôs sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e entidades de previdência privada. Os principais aspectos considerados pela adoção da Circular pela Entidade são:
• A metodologia de cálculo do IBNeR (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Considerando que a entidade adota o procedimento de reavaliação constante e individual em seus processos de benefício, poderá ser constituída provisão para garantir flutuações de valores que possam existir nos processos judiciais.
• Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída mensalmente com base na formulação abaixo, tendo por objetivo dar cobertura às indenizações futuras dos planos estruturados nos regimes de Repartição Simples e Repartição de Capitais de Cobertura, abrangendo tanto os riscos assumidos e emitidos quanto os riscos vigentes e não emitidos de capitais de cobertura.

$$PPNG = \frac{\textit{Período de Vigência a Decorrer}}{\textit{Período Vigência do Risco}} \times \textit{Base de Cálculo}^{*}$$

* Base de Cálculo é o prêmio comercial bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro.
• A constituição de Provisão complementar de cobertura (PCC) nos casos em que o cálculo do Teste de Adequação do Passivo (TAP) demonstrar insuficiência.

	31/12/2017	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2018
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.590	478	(20)	-	2.048
PPNG-RVNE	26	9	(35)	-	-
Benefícios Concedidos - PMBC	4.067	498	(920)	127	3.772
Sinistros a Liquidar - PSL	5.369	4.007	(5.033)	2.324	6.667
Resgates e outros a regularizar - PVR	611	30	(113)	124	652
IBNR	817	349	(314)	-	852
IBNER	-	-	-	-	-
Complementar de Cobertura - PCC	1.509	463	(444)	-	1.528
Despesas Relacionadas - PDR	635	487	(500)	128	750
Total	14.624	6.321	(7.379)	2.703	16.269

	31/12/2016	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2017
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.376	298	(84)	-	1.590
PPNG-RVNE	21	8	(3)	-	26
Benefícios Concedidos - PMBC	3.882	257	(581)	509	4.067
Sinistros a Liquidar - PSL	5.822	2.330	(3.158)	375	5.369
Resgates e outros a regularizar - PVR	576	65	(668)	638	611
IBNR	1.111	1.194	(1.488)	-	817
IBNER	-	-	-	-	-
Complementar de Cobertura - PCC	1.233	363	(87)	-	1.509
Despesas Relacionadas - PDR	659	266	(267)	(23)	635
Total	14.680	4.781	(6.336)	1.499	14.624

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

(b) Garantias das provisões técnicas
Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN n° 4.444/15 e alterações posteriores.

	2018	2017
Ativos oferecidos em cobertura		
Total de provisões técnicas	16.269	14.624
Dedução por depósitos judiciais	(1.982)	(1.878)
Total a ser coberto	14.287	12.746
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	16.339	15.133
Ativos oferecidos em cobertura	16.339	15.133
Suficiência de cobertura	2.052	2.387

(c) Comportamento da provisão de benefícios em anos posteriores aos anos de constituição
A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para benefícios da Entidade, denominada de tabela de desenvolvimento de benefícios:

Benefícios administrativos:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisões para benefícios no fim do exercício	1.086	852	578	647	911	1.068	1.268	1.045	1.393
Valor Acumulado dos pagamentos até									
Um ano	298	197	171	160	331	419	500	445	
Dois anos	303	210	182	251	379	503	570		
Três anos	315	221	245	283	409	519			
Quatro anos	327	284	267	304	410				
Cinco anos	389	305	279	305					
Seis anos	411	317	279						
Sete anos	422	317							
Oito anos	422								

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão Reestimada									
Um ano	319	218	218	342	464	73	138	211	
Dois anos	204	214	297	394	27	33	171		
Três anos	193	293	344	10	29	104			
Quatro anos	279	328	5	16	100				
Cinco anos	309	4	15	76					
Seis anos	4	13	71						
Sete anos	12	70							
Oito anos	69								

Benefícios judiciais:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisões para benefícios no fim do exercício	487	695	2.020	3.677	4.321	4.266	4.554	4.324	5.324
Valor Acumulado dos pagamentos até									
Um ano	61	74	486	864	955	436	692	2.903	
Dois anos	131	374	1.239	1.792	1.385	436	2.766		
Três anos	200	1.000	2.112	2.220	2.043	1.118			
Quatro anos	545	1.562	2.537	2.876	3.433				
Cinco anos	965	1.813	3.176	4.264					
Seis anos	998	2.206	4.292						
Sete anos	1.036	2.551							
Oito anos	1.336								

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão Reestimada									
Um ano	497	1.840	3.457	4.277	4.235	4.536	3.515	4.288	
Dois anos	1.052	2.852	4.141	4.187	4.507	3.478	4.262		
Três anos	1.130	3.584	4.091	4.445	3.426	4.220			
Quatro anos	879	3.411	4.339	3.362	4.079				
Cinco anos	452	3.487	3.200	4.011					
Seis anos	1.191	2.471	3.870						
Sete anos	1.204	2.863							
Oito anos	1.609								

(d) Teste de adequação dos passivos (*LAT – Liability Adequacy Test*)
Em consonância com o CPC11 e normativos SUSEP, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP da Sabemi Previdência Privada, conforme a Circular SUSEP nº517/15, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos planos de previdência com riscos em vigor na data base de 31 de dezembro de 2018. Com vistas a cumprir com as determinações legais, o TAP também foi realizado com as datas base de 31 de dezembro de 2017.
O resultado do TAP, avaliado a valor presente em cada data-base, tem como objetivo verificar a necessidade ou não de proceder-se na constituição de garantias financeiras complementares às provisões já constituídas pela Entidade, visando assegurar de forma plena os riscos a decorrer com as operações e/ou contratos de previdência vigentes, ou manter os seus saldos da forma como estão constituídos.
Para a realização do TAP, a Entidade agrupou os contratos de acordo com a estrutura atuarial dos planos e as fases em que se encontram.
Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2018:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	2.048	1.339	(709)
Total	2.048	1.339	0

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(64.679)
Total	(64.679)

PMBC

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	MBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	579	1.046	467
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.105	4.175	1.070
Renda	Morte	TR + 6%-	Renda Certa	-	88	79	(9)
Total					**3.772**	**5.300**	**1.528**

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	0	
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	0	
PCC-PMBAC efetivamente constituída	PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	0	0
	(+) PCC-PMBAC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	0	
	(+) PCC-PMBAC BD	0	
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBAC	0	
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	1.528	1.528
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	0	

Para 31 de dezembro de 2018 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso – Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC – Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R$ 1.528, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria - RC	467
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão - RCC	1.061

O TAP também foi realizado com as datas base de 31 de dezembro de 2017, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos.
Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2017:

Grupo	Valor presente dos fluxos de caixa	Provisões Técnicas em 31 de dezembro de 2017	Despesas de comissão diferidas e/ou ativos intangíveis	TAP - provisão a constituir
Operações Futuras – Plano de Pensão – RCC	(98)	-	-	-
Operações Futuras – Planos de Pecúlio – RS	(50.204)	-	-	-
Eventos Futuros de Operações Registradas – Plano de Pensão – RCC	28	29	-	-
Eventos Futuros de Operações Registradas – Plano de Pecúlio – RS	1.239	1.586	-	-
Operações Registradas PMBC – Benefícios de Pensão – RCC	4.112	3.224	-	886
Operações Registradas – Benefícios de Pecúlio – RS	2.082	2.181	-	-
Operações Registradas PMBC – Benefícios de Aposentadoria – RC	1.465	842	-	623
Operações Registradas – Benefícios de Pensão – RCC	186	187	-	-
Operações Registradas – Benefícios de Aposentadoria – RC	5.003	5.066	-	-

Teste de sensibilidade
O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa facilidade, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade.
O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linearmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2015, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de Improvement, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

(e) Provisões judiciais relacionados a benefícios
Segundo informações prestadas pelo setor técnico atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica é o seguinte: para os planos da Entidade são aplicados os percentuais de 100% para as causas prováveis, 50% para as possíveis e 50% para as remotas; para os planos contratados junto ao Pecúlio União Previdência Privada, são aplicados os percentuais de 100% para as causas prováveis, de 55% para as causas possíveis e 33% para as remotas.
Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados, provisão de despesas relacionadas e provisão complementar de cobertura.

	2018			2017		
	Valor Reclamado	Número de casos	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Número de casos	Valor Provisionado
Remota	1.449	73	479	947	98	360
Possível	39	11	21	381	11	209
Provável	11.590	104	11.590	10.644	100	10.644
	13.078	188	12.090	11.972	209	11.213

(f) As movimentações das provisões são como seguem:

	2018	2017
Saldo do início do período	11.213	11.409
Total pago no período	(3.917)	(2.173)
Novas constituições no período	494	860
Baixa da provisão por êxito	(6)	(184)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	1.870	304
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	2.436	997
Saldo final do período	12.090	11.213
Quantidade de ações pagas no período	68	70
Quantidade de ações novas no período	6	20

15 Partes relacionadas

2018	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada	Pecúlio União Adm Bens e Consumo	Sabemi Tec	Sabemi Negócios
Ativo					
Títulos e créditos a receber (ii)	629				
Títulos e créditos a receber (iii)	46				
Passivo					
Obrigações a pagar (i)	1.766	144	499	233	2
Resultado do período					
Receitas - Pró-labore (iii)	577				
Despesa prestação serviços				3.053	

2017	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada	Pecúlio União Adm Bens e Consumo	Sabemi Tec	Sabemi Negócios
Ativo					
Títulos e créditos a receber (ii)	997				
Títulos e créditos a receber (iii)	49				
Passivo					
Obrigações a pagar (i)	2.727	17	505	185	4
Resultado do período					
Receitas - Pró-labore (iii)	600				
Despesa prestação serviços				1.018	

(i) Saldo relativo à transferência de carteira (Nota 9).
(ii) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Entidade atua como correspondente realizando a cobrança de planos de pecúlio e seguros, repassados mensalmente. (Nota 9).
(iii) A Entidade atua como estipulante em administração de apólices coletivas de acidentes pessoais, sendo remunerada conforme condições estabelecidas na apólice (Nota 5 (e) e 18).

16 Provisões judiciais

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2018			2017		
	Valor do risco	Número de casos	Valor Provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor Provisionado
Remota	1.009	490		842	514	
Possível	7.576	786		6.078	727	
Provável	1.313	110	1.313	1.338	130	1.338
	9.898	1.386	1.313	8.258	1.371	1.338

Em 31 de dezembro de 2018, do total de 1.386 causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 1.368 (2017 – 1.355) dizem respeito a causas cíveis, 13 (2017 - 11) a causas trabalhistas e 5 tributárias (2017 - 5).
Adicionalmente, em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/N° 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Da mesma forma, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada.
Em 31 de dezembro de 2018, o saldo provisionado inclui o montante de R$ 188 (2017 - R$ 237) de causas cíveis oriundas da Cessão de carteira proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada.

(b) As movimentações das provisões são como seguem:
Cíveis

	2018	2017
Saldo do início do período	1.338	1.908
Ações pagas no período	(1.276)	(2.234)
Novas constituições no período	1.254	2.282
Baixa da provisão por êxito	(92)	(512)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	11	(94)
Atualização monetária	72	(12)
Saldo final do período	1.307	1.338
Quantidade de ações pagas no período	99	163
Quantidade de ações novas no período	105	177

Fiscais

	2018	2017
Saldo do início do período	-	-
Acréscimo/baixa da provisão por alteração de estimativas	6	-
Saldo final do período	6	-

17 Patrimônio social
(a) Reserva de contingências de benefícios
No exercício de 2018 foi realizada a reversão da reserva de contingência de benefícios no valor de R$ 60, de acordo com os limites estabelecidos na legislação vigente.
Em 31 de dezembro de 2018, o saldo acumulado dessa reserva é de R$ 1.537 (2017 - R$ 1.597).

(b) Reserva de retenção de superávit
No exercício de 2018 foi realizada a reversão da reserva de retenção de superávit, para absorção de déficits acumulados no valor de R$ 2.472.
Em 31 de dezembro de 2018, o saldo acumulado dessa reserva é de R$ 15.143 (2017 - R$ 17.615).

18 Composição das contas de resultado
Efetuamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2018	2017
Custo de aquisição		
Despesas de cobrança	(92)	(86)
	(92)	(86)
Outras receitas e despesas operacionais		
Pró-labore estipulante (i)	577	600
Despesas judiciais	(1.070)	(2.144)
Reversão de contingências	(147)	480
	(640)	(1.064)
Despesas administrativas		
Despesas com serviços técnicos	(4.702)	(2.366)
Despesas com localização e funcionamento	(758)	(695)
Despesas com publicação	(102)	(82)
Despesa com donativos e contribuições	(79)	(74)
Despesas judiciais	(228)	(296)
Despesas com multas	(146)	(151)
Outras despesas	(63)	16
	(6.078)	(3.648)

	2018	2017
Despesas com tributos		
PIS	(31)	(39)
Taxa de fiscalização	(130)	(120)
IPTU	(16)	(31)
Outras	(1)	(3)
	(178)	(193)
Receitas financeiras		
Receitas com renda fixa	1.879	3.283
Reconhecimento de receitas	-	828
Receitas com créditos tributários	59	398
Receitas com depósitos judiciais	130	-
Receitas com juros contratuais	1.449	1.701
Outras receitas eventuais	2	3
	3.519	6.213
Despesas financeiras		
Despesas com renda fixa	(506)	(1.199)
Despesas com provisões técnicas	(2.568)	(1.508)
Outras despesas	(37)	(29)
	(3.111)	(2.736)
Resultado financeiro	408	3.477
Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Receita de venda (ii)	-	13
Venda de imóveis - saldo residual (Nota 7)	-	(4)
	-	9

(i) Refere-se à receita recebida como estipulante na administração de apólices (Nota 15).
(ii) Refere-se à receita de venda dos imóveis do loteamento Parque Emboaba (Nota 7).

19 Principais ramos de atuação
A Entidade vem aumentando progressivamente a participação do plano Pecúlio por Morte em relação ao volume de contribuições emitidas da Entidade.
No exercício de 2018 o referido plano responde por aproximadamente 98% da receita de contribuições da Entidade, remanescendo os demais 2% para os planos de pensão. Assim, segue tabela com as informações referentes aos planos de Pecúlio por Morte:

Plano	Tábua de mortalidade	Taxa de carregamento	Taxa de juros
Pecúlio por morte	CSO - 58 Male	30%	6% a.a.
Pecúlio por morte	SGB - 75	30%	6% a.a.

Nos períodos analisados a Entidade não teve despesas de comercialização, a sinistralidade dos planos de pecúlio e pensão por morte foi:

	2018	2017
Contribuições	8.488	6.817
Sinistros ocorridos	1.862	697
% de Sinistralidade	21,94%	10,22%

Diretoria

Maria Marta Schneider Severo
Diretora Presidente
CPF nº 346.146.800-20
Silvania de Souza Oliveira Soares
Diretora Vice-Presidente
CPF nº 535.632.477-49
Antonio Túlio Lima Severo Jr
Diretor Adm. – Financeiro
CPF nº 456.467.670-91
Beatriz Varela Fernández
Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20
Vanessa Sorgato Kuyven
Atuaria MIBA 1424
CPF nº 910.184.630-20

Parecer da auditoria atuarial independente

Aos Administradores do Sabemi Previdência Privada
Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção do Sabemi Previdência Privada (a seguir denominado "Entidade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
Responsabilidade da Administração
A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade do Atuário Independente
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Entidade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.
Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise de solvência e dos limites de retenção do Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.
Outros assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Entidade e utilizadas em nossa auditoria atuarial,

CONTINUA »

» CONTINUAÇÃO

com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.
Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre/RS, 26 de fevereiro de 2019.
Alexandre Turk de Almeida – Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102
Av. Túlio de Rose, 400/801B, Porto Alegre

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sabemi Previdência Privada

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2019
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3